



O ENSINO COLABORATIVO COMO ESTRATÉGIA À INCLUSÃO

Joycy Beatriz Moreira Maia ¹
Marília Carollyne Soares Amorim ²

RESUMO

O presente trabalho aborda o ensino colaborativo como estratégia à inclusão escolar, portanto expõe-se como a possibilidade de unir conhecimento de diferentes áreas tal como professora do ensino regular e da educação especial pode beneficiar tanto alunos neurotípicos quanto alunos público alvo da educação especial. O objetivo geral consiste em refletir o ensino colaborativo como estratégia para a educação inclusiva. Optou-se por um breve estudo bibliográfico, qualitativo e descritivo como forma de atingi-lo. Para a base teórica, apoiou-se em autores como Mendes (2020), Zerbato (2014) e Capelline (2019). Indicou-se que além de ser necessário mais estudos sobre o tema, é uma estratégia que necessita de mais financiamento devido à necessidade da presença da professora de sala regular e a de educação especial na mesma classe. Porém, o ensino colaborativo já se mostra como uma estratégia promissora para que a educação inclusiva seja efetiva e de qualidade.

Palavras-chave: Ensino Colaborativo, Educação, Inclusão.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é o caminho para uma sociedade transformada e disposta a acolher todos diante de suas diversidades. Mais do que aceitar a matrícula de pessoas com deficiência, para incluir é preciso se adaptar as suas necessidades e refletir estratégias que viabilizem o sucesso educacional desses alunos.

O ensino colaborativo surge como uma estratégia capaz de facilitar a inclusão. É um caminho que possibilita harmonizar e fundir saberes entre a profissional responsável da sala regular com a professora de educação especial em prol de beneficiar os alunos público alvo da educação especial – PAEE, atendendo suas individualidades ao mesmo tempo que se mantém o currículo adotado para todos os alunos.

A partir de pesquisas como pós-graduandas em educação, nos inquietamos em saber que a educação ainda percorre um árduo caminho para se tornar verdadeiramente

¹ Mestranda em Educação da Universidade Federal do Piauí- UFPI, joycymaiareis@gmail.com;

² Mestranda em Educação da Universidade Federal do Piauí- UFPI, mariliacarollyne@hotmail.com



inclusiva, pensando em estratégias inclusivas partimos da questão problema: quais os benefícios sociais e pedagógicos do ensino colaborativo?

O presente trabalho possui como objetivo geral refletir o ensino colaborativo como estratégia para a educação inclusiva. Como objetivos específicos: 1) identificar os passos necessários para implantar o ensino colaborativo na escola e 2) analisar os benefícios e desafios do ensino colaborativo como estratégia de educação inclusiva.

Como forma de atender os objetivos supracitados, nos ancoramos em uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva. A presente reflexão pode auxiliar outros profissionais na busca de estratégias para proporcionar inclusão efetiva e sucesso na escolarização de seus alunos.

Concluimos que o Ensino Colaborativo é favorável para alunos PAEE e para os demais também, no entanto, para a sua implementação é necessário mais estudo na área, assim como mais investimentos na educação para se tornar possível quebrar as barreiras existentes entre áreas de conhecimento e unir para proporcionar um desenvolvimento global dos alunos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa está pautada em uma abordagem qualitativa de investigação. Optamos por uma pesquisa bibliográfica e descritiva que segundo segundo Rodrigues (2007, p.29) “por meio da descrição, poderá o pesquisador buscar, além da análise ou da base para tanto, a totalidade do objeto estudado”.

Para torná-la possível, no primeiro momento pesquisamos e separamos documentos que usaríamos na pesquisa. Posteriormente, fichamos os dados mais relevantes a serem abordados até chegarmos a conclusão do aporte teórico básico para o desenvolvimento do trabalho.

O percurso foi desafiador uma vez que o conteúdo ainda é pouco pesquisado no Brasil, portanto, possui pouco material disponível.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A Constituição Federal Brasileira (1988) contempla em seu art. 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Portanto, sendo a educação um direito de todos, as pessoas com deficiência devem ter seu direito e necessidades atendidos dentro do sistema escolar de ensino.

Na prática, para além da obrigatoriedade presente nas leis, as escolas enfrentam dificuldades para incluir. Essa dificuldade se dá porque muitas vezes a escola espera que o aluno se adapte aos seus métodos e os tem como irrefutáveis. Quando na verdade, os seres humanos são diferentes e trazem consigo suas diversas necessidades. Cabe a escola presumir, se adequar e acolher.

A inclusão não é tarefa simples, de acordo com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014, p.39) os desafios são principalmente: “a falta de formação e preparo dos profissionais envolvidos, a discreta participação da família e a dificuldade de criação de uma rede de apoio que inclua a interlocução de profissionais de diversas áreas do conhecimento, especialmente das áreas da educação e saúde” Portanto, maior parte das dificuldades recaem sobre o professor de sala regular ou sobre o professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

A partir disso, se faz necessário pensar em estratégias que viabilizem a inclusão e torne esse processo possível tanto para escola quanto para os alunos público alvo da educação especial – PAEE. Comumente ouvimos falar na importância da colaboração na educação. O ensino colaborativo pode proporcionar sucesso no desenvolvimento de todos em sala de aula, no entanto, é um termo puramente ligado a educação especial.

O ensino colaborativo é uma estratégia promissora a contribuir com o processo de inclusão, tendo por base a necessidade de se pensar métodos de ensino que contemple a diversidade presente na escola. Esse projeto de ensinar colaborativamente consiste na responsabilidade compartilhada entre professor da sala comum e educador especial com ações que favoreçam a aprendizagem do público PAEE dentro da sala regular e de forma conjunta.

Os professores que irão implantar o trabalho colaborativo se responsabilizam por todo o processo desde o planejamento, execução, avaliação e revisão das etapas durante a realização. Segundo Capellini e Zerbato (2019, p. 35), “o ensino colaborativo envolve



um trabalho de parceria entre professor de ensino comum e professor de educação especial. (...) pressupõe que a escola deve ser modificada para atender os estudantes”.

No modelo atual, o ambiente escolar é composto de regras e espera-se que os alunos se adequem, porém, quando os mesmos apresentam comportamentos que fogem a estas ou ritmos diferentes para internalizar determinados saberes, coloca-se a culpa no próprio aluno ou justificam através de laudos, dificilmente ocupam-se em compreender as individualidades e buscar caminhos a contribuir com o seu aprendizado. O ensino colaborativo pressupõe um caminho inverso, espera-se que o ambiente escolar seja modificado para atendê-los, organizado de acordo com suas individualidades.

Nesse sentido, um dos pontos fundamentais para iniciar um trabalho colaborativo na escola é entender o papel de cada professor no processo educativo, compreendendo que o estudante é responsabilidade de toda equipe escolar e não apenas do professor titular da turma na qual o aluno está matriculado. A equipe deve estar ciente do compromisso com a inclusão e unir-se ao professor da educação especial para organizar estratégias ao engajamento dos alunos.

Com esse propósito, inicialmente verifica-se as necessidades dos alunos, identificando as possibilidades para aliar individualidade e atender o currículo vigente e assim fazer as adequações que favoreçam resultados positivos, partindo da compreensão que a escola é composta por pessoas heterogêneas, que devem ser favorecidas com estratégias de ensino diferenciado. O ensino colaborativo constitui-se em uma possibilidade de contemplar de forma significativa a aprendizagem do público PAEE e de todos os estudantes.

Capelline e Zerbato (2019), destacam alguns critérios para construção de um trabalho colaborativo:

1. Tempo para planejamento comum, momento de discutir e partilhar ideias;
2. Flexibilidade, ser flexível na forma de ensinar e organizar a sala;
3. Arriscar-se diante dos desafios que se apresentam fazendo acomodações para melhorar o ensino, é o aspecto mais importante;
4. Definir papéis e responsabilidades, ter clareza dos papéis e responsabilizar-se pelos avanços acadêmicos;
5. Compatibilidade, dada as especificidades de cada professor com estilos próprios para ensinar, há que se organizar diferentes possibilidades através de diálogos assertivos;
6. Habilidades de comunicação, o trabalho em conjunto exige comunicação constante;



7. Suporte da gestão escolar, para implantação do ensino colaborativo é necessário a mediação da equipe gestora;
8. Formação dos profissionais, primordial para atender o público PAEE.

Para construção de uma cultura colaborativa na escola, é essencial entender os passos que o compõe e atentar-se a necessidade do envolvimento de toda a equipe escolar, e a gestão precisa agir como mediadora desse processo. Cabe então, criar caminhos, dar condições aos professores para o planejamento conjunto, e essa organização dependerá do empenho da gestão.

Os professores que atuarão de forma conjunta precisam organizar as estratégias a utilizar, promovendo as adequações nas atividades. Um dos passos fundamentais para construção do ensino colaborativo, é partir do princípio que o trabalho em equipe produz maiores efeitos a eficácia da aprendizagem, por meio da oferta de um ensino que atenda às necessidades dos alunos e as condições para tais asseguradas sob eixo de discussões conjuntas. De acordo com os escritos de Capellini e Zerbato:

Entendendo que a educação dos indivíduos PAEE não pode recair apenas sobre a responsabilidade de um profissional, ou somente o professor do ensino comum, e considerando que não é possível um único profissional dar conta de saber todas as metodologias para atendimento das especificidades de cada estudante, verifica-se que o trabalho em parceria pode ser um caminho muito valioso para favorecimento das especificidades de cada estudante. (2019, p. 34)

O trabalho em conjunto potencializa as ações pedagógicas, porém envolve negociações para sua construção e os profissionais envolvidos precisam querer fazê-lo. Colaboração é necessidade ao se pensar em um contexto inclusivo, há de se considerar práticas que priorizem as potencialidades dos alunos.

Nesse contexto, conhecer as características da turma, pós análise minuciosa, para identificar os meios que potencializarão a aprendizagem, definir, previamente, as ações e funções de cada professor para não haver desacordos durante a realização das estratégias é essencial. Com o plano organizado, é fundamental apresentá-lo a turma e a equipe escolar, explicando todo o funcionamento, quais objetivos, funções de cada professor, além de destacar a estratégia como meio a uma educação de qualidade.

Na visão de Mendes *et al* (2020, p. 128), “o trabalho colaborativo é uma proposta de ensino bastante promissora que precisa ser amplamente discutida e aplicada”. Com o ensino colaborativo as possibilidades de inclusão do público PAEE ampliam-se, pois, os



professores unem saberes com base nas características dos alunos para alcançar um aprendizado satisfatório.

É primordial entender que não se trata de um professor auxiliar, mas de dois professores com responsabilidades iguais sobre a aprendizagem e com objetivos comuns. A implantação do ensino colaborativo na sala de aula pode iniciar de forma tímida, é possível que nas tentativas iniciais de construção desse trabalho aconteçam alguns desencontros que se repara no decorrer do processo, pois os professores irão ajustando-se e revendo suas falhas para adequá-las e tornar as relações igualitárias até adquirir efetivamente um ensino colaborativo.

O ambiente colaborativo favorece a aprendizagem de todos os alunos, a articulação entre os professores para avançar na superação dos desafios no processo educacional, através dessa tomada de decisões e a prática pedagógica conjunta reafirma o compromisso em promover ações que ampliam as possibilidades de incluir os alunos e proporciona um aprendizado não só para alcançar metas estabelecidas, mas ofertar um ensino de qualidade. Mendes et al (2020, p. 53):

Os sistemas de ensino devem, ainda, propor melhorias em suas adaptações de forma a promover não só acesso, mas a permanência do aluno PAEE e, para tal, devem estar dispostos a passar pelas transformações que o processo de inclusão remete. Essas transformações envolvem planejamentos específicos, acessibilidade arquitetônica, temporal, material, nas comunicações e demais serviços que garantam um ensino de qualidade para os alunos independentemente de suas especificidades. (...) o Ensino Colaborativo ainda não está previsto em legislações como um serviço obrigatório a ser ofertado a profissionais de Educação Especial, sendo apenas citado como uma das funções do professor especializado que atua com o PAEE.

Atualmente, a forma de organização das redes de ensino com o atendimento educacional especializado no contra turno, desfavorece o ensino colaborativo, uma vez que, dificulta o contato entre os professores, pois o trabalho colaborativo necessita de um constante diálogo dos professores da sala comum e especialista para organização da prática de ensino, ainda que, este não se faça presente na realização de todas as ações em sala de aula, compartilha das fases do processo. Esse é um desafio do percurso, porém, insistir nesse processo deve ser uma realidade, uma vez que transformar a escola em inclusiva é apoiar-se no outro em prol de elaborar ações efetivas ao desenvolvimento dos alunos.



Ao trabalhar em sala de aula com um plano estruturado, composto por diferentes estratégias de ensino a serem executadas por dois professores que as definiram de acordo com as necessidades dos alunos, todos serão beneficiados e não apenas o público PAEE, uma vez que, a qualidade do ensino será acessível a todos. Os professores destinarão apoio aos alunos que necessitarem sem distingui-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão requer mudanças nas escolas, a implantação de estratégias que desenvolva os saberes e respeitem as individualidades de cada sujeito. Para criar uma cultura inclusiva repensar a organização do espaço escolar é o passo inicial, partir de uma articulação entre a equipe para prover novas tentativas que proporcione uma efetiva aprendizagem.

Nesse sentido, a identificação de alunos que necessitam de apoio e orientação imediata para o desenvolvimento de novas aptidões, desafia organizar novas experiências educacionais, e o ensino colaborativo vem como uma proposta inovadora que fornece esse apoio ao professor da sala regular por meio de um trabalho em conjunto. Essas discussões precisam ser amplamente discutidas e aplicadas, tendo por base experiências que deram certo.

O ensino colaborativo foca nas possibilidades dos alunos pensando no todo, buscam ações que favoreçam a diversidade da turma, a partir do reconhecimento de suas características flexibilizam as atividades para o engajamento de toda turma. Nesse sentido, pensar em colaboração em um contexto amplo é ver no outro um apoio para o desenvolvimento de caminhos que favoreçam as aprendizagens e tornem o processo educacional o mais prazeroso possível.

Nesse sentido, compartilhar informações entre os dois professores sem julgamento, compreendendo que o objetivo é complementar os saberes para construção do projeto de colaboração, essa relação de trocas possibilita o enriquecimento de estratégias e a aplicação de forma adequada a turma. É uma construção conjunta de ações que fornecem a evolução das aprendizagens, e mesmo que a presença do professor especialista não se faça presente em todas as aulas o projeto colaborativo continue a acontecer.



As informações aqui ressaltadas, deixam claro que o ensino colaborativo é uma estratégia viável a aprendizagem e inclusão dos alunos na escola, a adequação do espaço escolar com atividades direcionadas garante a aquisição de novos saberes através dessa ação de apoio a todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal – 1988.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. **O que é o ensino colaborativo**. 1º ed. – São Paulo: Edicon, 2019.

MENDES, E. G. **DA TEORIA À PRÁXIS: vivenciando a colaboração no dia a dia da escola**. Marília: ABPEE, 2020.

MENDES, E. G. **Estratégias inclusivas de escolarização: da teoria à sala de aula**. Marília: ABPEE, 2020.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.